



PRÁTICAS DE LETRAMENTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DO CAMPO

Josenildo Marques da Silva

jjossenildo@hotmail.com

Luana Barbosa de Aguiar

Silvana Maria Barbosa de Medeiros

Ana Rita Targino

Zélia M. Arruda Santiago

(UEPB)

Resumo

Esse trabalho apresenta resultados do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UEPB) “Práticas de letramentos em narrativas das educadoras do campo: Repercussão no seu fazer pedagógico”, que identificou as práticas de letramentos orais/escritas relacionadas ao Meio Ambiente, cultivadas por duas professoras que atuaram no magistério da zona rural entre as décadas de 50-80 do século XX. Analisou-se a sua influencia educativa no fazer pedagógico das professoras junto aos alunos, deixando transparecer sua relevância à sustentabilidade socioambiental das comunidades rurais de Pitombeira e Retiro, atualmente pertencentes ao Município de Barra de Santana-PB. A metodologia pautou-se nas contribuições da história oral que orientou a visitação e a realização das entrevistas nas residências das professoras. Teoricamente, essa discussão embasou-se em autores que defendem a Educação do Campo (CALDART, 2009; FREITAS, 2006; ARROYO, 2009), os letramentos múltiplos (KLEIMAN, 1995; ROJO, 2009) e a Educação Ambiental (SAUVÉ, 2003), PCNs (1989), entre outros. A partir dos dados, verificaram-se práticas de letramentos no fazer pedagógico das professoras divulgadoras da realidade socioambiental (vegetação) do meio rural e práticas de reciclagem com resíduos sólidos (confecção de brinquedos) junto aos alunos nas comunidades focalizadas. Entende-se que as práticas de letramentos cultivadas pelas professoras, através da escuta do rádio com anotações simultânea e de leituras realizadas na revista “Cruzeiro”, as quais foram inseridas no seu fazer pedagógico, contribuíram na formação da educação ambiental dos alunos em termos da valorização e do respeito ao Meio Ambiente.

Palavras-chave: Educação do Campo. Letramentos. Sustentabilidade

Introdução

Esse trabalho apresenta resultados do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UEPB) “Práticas de letramentos em narrativas das educadoras do campo: Repercussão no seu fazer pedagógico”, que identificou as práticas de letramentos orais/escritas relacionadas ao Meio Ambiente, cultivadas por duas professoras que atuaram no magistério da zona rural entre as décadas de 50-80 do século XX. Analisou-se a sua influencia educativa no fazer pedagógico das professoras junto aos alunos, deixando transparecer sua relevância à sustentabilidade socioambiental das





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

comunidades rurais de Pitombeira e Retiro, atualmente pertencentes ao Município de Barra de Santana-PB.

A educação, desde a antiguidade aos dias atuais, busca preparar o homem para os enfrentamentos sociopolíticoeconômicos e, mais atualmente, problemas socioambientais, cujo objetivo perpassa os séculos XVI/XVII (educação religiosa), no século XVIII (pública estatal), no século XIX (educação nacional), no século XX (democratização da educação pública) e, no século XXI (educação para todos), indistintamente (SAVIANI, et al 2004).

No Brasil, as décadas mencionadas do século XX, a educação foi marcada pelos ideais do “*pacto do silêncio*” que calavam as vozes de docentes e alunos/as (FAZENDA, 1988) nos setores urbano-rurais pelo dominante Regime Militar (1964-1985). Esta perspectiva educacional funcionava a partir das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61 e 5692/71), que prescrevia a organização dos níveis de ensino do antigo primário/ginásio, a formação para o magistério por meio do curso normal e a implantação dos projetos Logos I e II (parecer nº699/72-CFE).

No entanto, os fins da educação docente continuam desafiantes no século XXI, devido às mudanças técnico-científicas que demanda, tanto das agências formadoras (Universidades), quanto dos profissionais do magistério, uma contínua formação profissional. Então, busca-se desconstruir preconceitos que tendem enquadrar os profissionais da educação, especificamente da zona rural, como profissionais que não desenvolvem uma reflexão sobre o processo educacional expresso na sua prática pedagógica. Busca-se, também, evidenciar as vozes das professoras que não permanecem silenciadas ou imobilizadas diante das limitadas propostas didático-pedagógicas existentes na época e das dificuldades socioambientais oriundas da vida no campo no cariri paraibano, cujas práticas, na maioria das vezes, não diferem daquelas existentes na zona urbana (PÉREZ, 2009).

As contribuições desse trabalho alimentam propostas de formação docente no meio rural em termos de efetivas orientações didático-pedagógicas voltadas à sua realidade socioambiental, introduz alunos/as da formação inicial à realidade do magistério no campo com oportunidades de pesquisar a memória da educação rural, conhecer a prática pedagógica dos professores/as, perceber as diferentes realidades da educação ambiental urbano-rural e problematizá-la à luz de





estudos que tematizam a educação da cidade e do campo. Por conseguinte, desenvolver atitudes de fixação do homem no campo entre as novas gerações, evitando à continuidade de migrações futuras.

Essa pesquisa é qualitativa de campo, visitação às residências das professoras, localização das primeiras ‘casas-escolas’ para a coleta dos dados, com desdobramentos interpretativista com descrição e interpretação das narrativas orais. Teoricamente o objeto de estudo da pesquisa funda-se nas práticas de letramentos orais\escritas (KLEIMAN et al, 1995; ROJO, 2009), nas contribuições da Educação do Campo (CALDART, 2009; ARROYO, et al 2009), Educação Ambiental (SAUVÉ, 2003) e da História Oral (FREITAS, 2006), além de outros.

Os dados foram coletados nas Comunidades Rurais de Pitombeira e Retiro, ambas pertencentes à Cidade de Barra de Santana-PB, nas residências das professoras. As professoras focalizadas atuaram entre as décadas de 50-80 do século XX. Estes se caracterizam por fontes orais (entrevistas, relatos de histórias e experiências de vida, conversas informais) e escritas (questionários).

1. Memória de educação ambiental no campo

A evolução da humanidade resulta da capacidade de o homem intervir no mundo para explorá-lo e interagir na sociedade em busca de realizações na vida pessoal e no trabalho. Uma ação de exploração continuada que se impõe por meio de um modelo civilizatório de cunho industrial regido pelo meio produção e retenção de bens materiais. Esse modelo de desenvolvimento econômico condiciona a construção de uma sociedade organizada técnico-cientificamente para atender as exigências de um mercado de trabalho crescente e globalizante, cada vez mais competitivo e exigente (TEODORO, 2003).

Para atender essa perspectiva, o processo de industrialização se afirma com a exploração dos recursos naturais não renováveis existentes na natureza de forma intensa e continuada, ameaçando a sustentabilidade do ecossistema planetário e, evidentemente, a qualidade da vida no planeta. No entanto, a confiabilidade na capacidade humana dada pela comunidade científica, acredita que o homem pode (re)criar novas estratégias com vistas a solucionar ou amenizar as





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

consequências socioambientais causadas pela exploração desmedida na relação homem-natureza (SAUVÉ, 2003).

A riqueza e a exploração do meio ambiente gerada por esse modelo econômico sustentam a concentração de renda e poder por um grupo minoritário e, em consequência, muitos permanecem cada vez mais pobres e, todos, enfrentam as consequências socioambientais instauradas no mundo planetário. Esse quadro é uma realidade antiga, no entanto, uma preocupação que se agrava atualmente e, somente nos oitocentos, é introduzida no cenário das pesquisas acadêmico-científicas uma área temática sobre Ecologia, ligada às Ciências Naturais que se instaura nos estudos sobre o Meio Ambiente.

Esta perspectiva, aliada ao descontentamento da exploração ambiental, provoca manifestações e movimentos governamentais e não governamentais em dimensão nacional e internacional, em prol de um mundo mais humanizado e conservado, a partir de conferências promovidas por órgãos como a UNESCO, a ONU e, outros. Atualmente, desde os anos 60 do século XX, surge no cenário mundial às primeiras conferências sobre o Meio Ambiente, a exemplo do “Plano de Ação Mundial” e, a “A Declaração sobre o Ambiente Humano” (Estocolmo-1972), além do Programa Internacional de Educação Ambiental” (Belgrado-1975), que percebiam o Meio Ambiente, não apenas como um espaço físico, mas em seus aspectos socioculturais, econômico-políticos, sociohistóricos, humano-sociais inter-relacionados.

Essa perspectiva avança com a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental (Geórgia-1977) e, em 1987, a Conferência Internacional sobre a Educação e Formação Ambiental realizada em Moscou, as quais já se preocupavam com uma Educação voltada à preservação do Meio Ambiente, cuja perspectiva se amplia cada vez mais na contemporaneidade. Percebe-se que essa preocupação com o Meio Ambiente em nível mundial marcada por meio de conferências não são mencionadas nos depoimentos pelas professoras, no entanto, verifica-se que, nesse recorte temporal, elas vivenciavam problemas socioambientais nas comunidades pesquisadas, a exemplo da grande seca na região do cariri paraibano, acompanhada de um grande êxodo rural que atingia os seus alunos.

Os problemas da seca eram vivenciados no cotidiano das professoras e alunos. Elas narram que ouviam notícias sobre a mesma no rádio ao sintonizá-lo na Voz do Brasil, afirmando que





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“ouvia falar sobre a construção de açudes, barragens para o povo, que buscavam água do rio” (sic. Profa. “M.G.T”). Conforme suas narrativas, muitos alunos desistiam de estudar “devido a seca no cariri que era grande, muitos pais iam pra o Rio de Janeiro, as mães ficavam sozinhas, esperando um dinheirinho que chegava em carta, ou vinha mandado por alguém” (sic. Profa. “M.G.T.”).

As professoras não tinham acesso a essas discussões, mas viviam essa realidade na vida cotidiana e acompanhava o êxodo de muitos alunos que deixavam a escola e, também, porque os pais precisavam procurar *“trabalho noutras fazendas distantes por causa da seca, não tinha água”* (sic. Profa. “M.J.C”).

Nesse recorte temporal, sabe-se das discussões sobre o cuidado e a preservação com o Meio Ambiente, sobretudo por meio da educação que, segundo Freire (1996), não redime a sociedade, mas a sociedade pode ser transformada dela. Assim, esta preocupação é sentida no Brasil, entre as décadas de 80-90, (ECO 92- Rio de Janeiro), discute estratégias de cuidados contínuos com o Meio Ambiente junto a países integrantes da Organização das Nações Unidas (BORÉM, 2005).

Essas estratégias alimentam a elaboração e a implantação de Políticas Públicas sobre a preservação ambiental que, entre tais, figuram-se as educacionais que contribuem para que o ser humano adquira a compreensão de que a vida no planeta deve continuar verde e, assim, conservar o ‘patrimônio ambiental verde’.

Apresentar uma proposta de educação ambiental é complexo frente a um modelo econômico que explora continuamente a natureza. Porém, numa conceituação mais geral poderia ser compreendida como o desenvolvimento de estratégias de relação dos homens entre si e também com a natureza. Estas com vistas à preservação dos recursos naturais, redução da desigualdade social e sustentabilidade. Assim, para Soares (2007) a educação ambiental é uma ferramenta poderosa na construção do comprometimento socioambiental.

Trabalhar com a educação ambiental, nesse sentido, é perceber os olhares que estão sendo direcionados para a população que reside no campo, uma vez que historicamente, o meio rural tem sido conceituado através de visões positivas e negativas, determinando, muitas vezes, uma valorização ou, do contrário, depreciação deste espaço. Portanto, falar da educação ambiental é também lembrar a trajetória de muitos que desenvolvem discussões educacionais, com o intuito





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de desconstruir preconceitos com a Educação do Campo em termos de incentivar a implementação de Políticas Públicas de valorização e reconhecimento da realidade socioeconômica e cultural do meio rural, no sentido de se registrar um novo perfil da escola rural, tendo em vista, conforme Soares (2007),

a valorização do campo /.../ os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas, como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão de desenvolvimento.

Mesmo diante de avanços significativos em se tratando da educação do meio rural, observa-se ainda a necessidade de grandes mudanças. Dentre elas é possível citar os aspectos curriculares que muitas vezes não apresentam propostas de intervenção voltadas substancialmente para uma educação ambiental no meio rural. De acordo com Zakrzewski (apud SOARES, 2007), a pesar das inúmeras tentativas de incorporar a educação ambiental nos currículos escolares, ainda são poucas as iniciativas de intervenção voltadas a população do campo.

A pertinência de trabalhos que discorram sobre a educação do campo, com uma proposta voltada para a educação ambiental, se faz urgente ainda nos dias atuais. Observamos, nesse sentido, a necessidade de pensarmos o processo educacional como um todo. Assim, não só a questão do currículo prescrito deve ser analisada, como também o fazer educacional das professoras do campo.

Ainda hoje, o contexto socioambiental do campo depara-se com um ensino voltado à Educação para o Campo e, não, um ensino direcionado à Educação no campo. Isso porque, muitas vezes, no processo do ensino campo ocorre um distanciamento entre o que se tem sido ensinado pelo professor e, o que faz sentido à realidade dos alunos. Isso, também, se refere as propostas curriculares para a Educação do Campo expressas sobretudo nos Livros Didáticos e, recursos didático-pedagógicos fornecidos pelas Secretarias de Educação local que, na maioria das vezes, não condiz com a realidade sociocultural e ambiental da zona rural.

Esse modelo educacional vai se cristalizando de maneira que, muitas vezes, não se verificam mudanças no material didático-pedagógico empregado pelas professoras do campo, além das tímidas pedagógicas proporcionadas as professoras do campo. Diante das dificuldades educacionais, característica do magistério na zona rural, compreende-se que as professoras





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estiveram motivadas e curiosas a buscarem uma formação continuada espontânea, mesmo que inspirada nas necessidades cotidianas do seu fazer pedagógico. Compreende-se que o fazer pedagógico das professoras entrevistadas tornaram-se uma prática educativa ativa de aprendizagem e de valorização proativa acerca do Meio Ambiente nas comunidades focalizadas. Nesses termos, percebe-se que as professoras (re)inventaram sua prática pedagógica quando mediatizaram conteúdos contextualizados junto aos alunos dessas comunidades.

A realização de uma prática de ensino vinculada, ou não, ao contexto sociocultural do aluno perpassa pela noção de letramento, entendida como prática social dos saberes sociais fundados na leitura e na escrita, sendo, nesse foco, os saberes sobre a sustentabilidade do Meio Ambiente nessa realidade socioambiental. Dessa forma, entende-se que as significações das práticas de letramentos sobre o Meio Ambiente, veiculadas pelas professoras em sala de aula, contribuíram para a formação da consciência socioambiental dos alunos, pois estes participaram de oficinas, sendo possíveis a partir delas, desenvolverem atitudes proativas acerca da valorização dos recursos ambientais dessas comunidades.

Nesse sentido, segundo Tfouni (2005), os letramentos sobre a valorização do Meio Ambiente constituíam-se práticas individuais, tanto por parte da sua aquisição por parte dos alunos, quanto das professoras, mas representando um letramento coletivo no que se refere aos saberes sociais veiculados na sociedade. Para esta a autora, o letramento pressupõe as práticas efetivas de leitura e escrita do que acontece em um dado momento histórico e contexto social.

Ainda, significando, de acordo com Tfouni (2005), um sistema de escrita adotado nas sociedades letradas de forma coletiva, generalizada e, também, individual, pessoal. O letramento se volta, tanto para as pessoas letradas, quanto para as pessoas iletradas, uma vez que muitas pessoas, participam de forma direta ou indireta de suas diferentes manifestações na sociedade. Outros autores, também, demonstraram uma preocupação na compreensão e definição mais ampla do letramento, dentre os quais, pode-se citar Vygotsky, que afirma que letramento

[...] representa coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores. Representa também a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são os chamados processos mentais superiores, tais como: raciocínio abstrato, memória ativa, resolução de problemas, etc. (VYGOTSKY apud TFOUNI, 2005).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Assim, existem várias formas de se compreender o letramento, quer dizer letramentos, como uma diversidade de práticas de usos da língua oral/escrita de caráter social que se baseia, na maioria das vezes, no sistema da escrita ao considerar, tanto o sistema simbólico, como o tecnológico, que abrangem contextos de usos específicos (KLEIMAN, 1995). Com base nos referenciais teórico-metodológicos¹ que norteiam essa pesquisa percebe-se que a História Oral, segundo Alberti (2006) e, outros, permite que se retorne as vivências do passado, muitas vezes esquecidas ou silenciadas, através de relatos orais considerados como uma

[...] metodologia de pesquisa e de construção de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na invenção de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e do passado e do presente (ALBERTI, 2006).

Por meio da História oral, busca-se a superação de um longo processo de compreensão de fontes históricas vistas apenas como os documentos escritos e oficiais, sendo estas, fundamentadas nas práticas de letramentos referendadas no mundo burocrático. Essa perspectiva renova-se com o conceito de fonte histórica, a partir da terceira geração dos Analles, assim como a difusão dos Estudos Culturais. A História Oral ao ser compreendida sob três perspectivas de interpretação de um dado fenômeno, conforme a MEIHY (2007), envolvendo a história de vida; a história oral temática e a tradição oral; sendo definida como

a história oral de vida se espraia nas construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções. No caso da história oral temática, contudo, a existencial de um foco central que justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta e conduz a possíveis maiores objetividades. Tradição oral, por ter predicados únicos, por se assentar em bases de observação e se trabalhar com elementos da história coletiva, não se encaixa da discussão de entrevista (MEIHY, 2007).

Ao se verificar a história oral de vida na experiência pedagógica, construída nos relatos das professoras pesquisadas, entende-se a efetivação de um processo de afirmação de identidades profissionais e de direitos cidadãos de expressão que foram ocultados na História oficial da Educação do Campo. São vestígios de memórias resgatados e visíveis nas vozes das professoras que sustentam uma articulação, entre o fazer pedagógico do passado e a sua continuidade no presente, por meio de

¹ Caldart (2005), SECAD/MEC (2007), Nery&Stanislavski (2011), Alberti(2006), Meihy (2007), Tfouni (2005), Mollica (2007), Rojo (2009), Candau (2002).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

novas professoras que continuam ressignificando a atual prática pedagógica da Educação do Campo nessas comunidades.

A rememoração das experiências pedagógicas, vivenciadas pelas professoras do campo, contribui para a reelaboração de novos significados para a educação da zona rural, pois se busca alcançar o silenciamento do fazer pedagógico do campo não detectados nas fontes escritas. Compreende-se que as transformações ocorridas nas últimas três décadas do século XX, alterou a forma de se pensar e escrever a História, provocando mudanças significativas em relação à memória. Conforme Burke (2000, apud MOREIRA, 2005), a visão tradicional das relações entre a História e a Memória se apresentava de forma relativamente simples, aos historiadores caberia à função de guardião da memória dos acontecimentos públicos, quando escritos para proveitos dos autores para lhes proporcionar fama e, também, em proveito da posteridade para aprender com o exemplo deles.

Na contemporaneidade, essa visão deu lugar à compreensão da História e Memória sob uma perspectiva complexa. A escrita sobre o passado passou a ser vista não mais como inocente ou objetiva, considera-se como processo e, Burke (2000) chama-o de “*seleção, interpretação e distorção*”. Nos dois casos pode-se ver o processo de seleção, interpretação e distorção condicionado ou pelo menos influenciado, por grupos sociais, não sendo obra de indivíduos isolados.

Defende-se a importância da memória para os estudos históricos, pois ainda conforme Burke (2000), esta se faz como fonte histórica enquanto fenômeno histórico. No primeiro caso, levando em consideração o estudo da memória como fonte de análise de documentos históricos, no segundo, observando a memória individual ou coletiva como seletivas a cada grupo social. Nesse sentido, a História Oral contribui para se registrar as vivências profissionais do magistério na Educação do Campo, verificando-se, a partir dos depoimentos das professoras, a realidade do fazer educação na zona rural, sendo esta inspirada nas suas práticas de letramentos oral/escrita circulantes nesse contexto sociocultural.

2. Educação ambiental nas narrativas das professoras do campo

Partindo do pressuposto de que as professoras do campo não se acomodavam, mas (re)criavam o seu fazer pedagógico identificamos, em suas narrativas, práticas de letramentos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

oral\escrita sinalizadoras de uma Educação Ambiental advindas de vários suportes comunicacionais da época (revista, rádio, livro) aos quais tinham acesso (CERTEAU, 1994). As narrativas orais permitem a reflexão de fatos vivenciados pelas professoras do campo que, nem sempre as fontes escritas, são suficientes para registrá-los como aconteceram ou acontecem (FREITAS, 2006).

Assim, considerando que o cultivo das práticas de letramentos orais/escritas pelas professoras do campo sobre a realidade socioambiental dessa região naquela época, contribuiu para a sua formação profissional, bem como as dos\as alunos\as, entendemos que elas ampliaram os saberes pedagógicos frente à realidade socioambiental da vida no campo, confirmados nos depoimentos referentes à prática pedagógica quando da “escuta de rádio” (sic) e das “leituras em revistas e livro didático” (sic).

Com os dados tem-se uma configuração didático-pedagógica da realidade das práticas docentes das professoras do campo nesse recorte histórico-temporal que atuaram em classes multisseriadas do antigo primário, hoje séries iniciais do Ensino Fundamental I. Ambas atuaram na Escola Elementar Mista da Pitombeira que atendia cerca de 50 alunos distribuídos entre os níveis “Zero de alfabetização” (sic), seguindo os níveis “1º, 2º e 3º, pois só existia até essa série”, tal realidade foi vivenciada pela professora regente entre os anos 1958-62 e, as séries, do “1º ao 4º ano”, uma realidade vivenciada pela professora regente nos anos 1964-80.

Uma das perguntas geradoras da entrevista partiu da pergunta “Como planejava as aulas, sempre levava alguma informação sobre a região para sala de aula?, nas quais identificamos e analisamos diversas práticas de letramentos orais\escritas por elas cultivadas em fontes caracterizadoras da época (rádio, revistas), relacionadas ao Meio Ambiente e ao fazer pedagógico com os/as alunos/as. As professoras são assim identificadas: Profa. “A” e “B”, tendo a primeira, o seguinte breve histórico (76 anos, 4 anos de magistério no Sítio Pitombeira, hoje pertencente a Cidade de Barra de Santana, ensinou do “zero” até o “3º ano primário”), a segunda (69 anos, 20 anos de magistério no Sítio do Retiro, também pertencente a Cidade de Barra de Santana, ensinou da “1ª a 4ª série).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A seguir têm-se trechos das narrativas da Profa. “A”, em se verifica práticas de letramentos referentes a *“oficinas que fazia para dinamizar as aulas sobre a vegetação do lugar que muitos alunos não sabiam e conheciam”*(sic).

Ex 01 (Profa. “A”)

[...] fazia oficina sobre as madeiras da região e pedia que os alunos cerrassem a madeira... colocasse o nome da madeira como Angico... Catingueira... Pereiro... Aroeira... Imburana... pra fazer as amostras da região... colocava o nome em uma tabuinha para eles conhecerem e saberem o nome (sic).

Percebe-se que a referida professora se preocupava em divulgar a importância da vegetação nativa regional promovendo uma amostragem coletiva da flora, justificando que *“muitos... apesar de morarem no lugar não conheciam essas madeiras”*, deixando transparecer uma postura reflexiva sobre os conteúdos pedagógicos em sala de aula. Segundo a esta professora esses conhecimentos adquiria em leituras realizadas na *“revista que lia da época”*, citando a revista *“Cruzeiro”*, também em *“programas que escutava no rádio da Voz do Município”*. Outras oficinas também eram proporcionadas em que divulgava a fauna (animais da localidade: boi, vaca, jumento), a partir do manuseio com argila de barro na época do inverno, divulgando e socializando, entre os alunos as *“riquezas da região”* (sic).

A Profa. “B”, utilizava o discurso em sala de aula divulgando *“notícias que escutava no rádio sobre a seca”*; *“a construção de açudes”*, argumentando que era uma necessidade emergente da região, no entanto expunha aos alunos que os políticos jamais construíram açudes, sendo isto um dos motivos da evasão escolar que a preocupava tanto, a seguir:

Ex 02 (Profa. “B”)

[...] era um cariri seco... eu escutava no rádio as notícias sobre a construção de açude e falava na sala de aula que os políticos nunca construíam... meus alunos desistiam e muita gente ia embora pra outras cidades... hoje é diferente já água nas torneiras...

Noutras atividades em sala de aula a referida professora utilizava *“material que os alunos já tinham em casa”* e promovia uma oficina sobre Arte, a fim de estimular a criatividade e capacidade inventiva dos alunos que confeccionavam carrinho de lata, animais da região (boi),





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

brinquedos (bonecas) e sandálias de “*papel de embrulho*” fornecido por ocasião de compras nas “*bodegas*”, a seguir:

Ex 03 (Profa. “B”

Eu abria espaço pra os alunos criarem e inventarem... tive aluno que fazia recortes de animais divinamente... fazia recorte de pneu fazendo o boi... fazia o mamilo... os chifres... ele fazia bem direitinho... outros levavam lata e faziam carro... faziam as rodas de pneu... outro levava papel de embrulho e inventava chinelo... bonecas... eles usavam o material que eles tinham...

A professora dispunha de uma prática pedagógica voltada à reciclagem de resíduos sólidos (pneu, papel de embrulho, latas de óleo) voltados a confecção de brinquedos de acordo com a realidade socioeconômica e cultural do lugar e dos alunos, cujo discurso não era disseminado nos “*livros didáticos*”, muito menos por meio da mídia comunicacional da época (rádio). Percebe-se que as professoras cultivavam outros saberes, não apenas para dinamizarem as aulas, mas saberes úteis a vida cotidiana dos alunos despertando-os para valorizarem a realidade socioambiental da região.

Noutro sentido, verifica-se que as professoras buscavam uma formação continuada espontânea a partir das necessidades e expectativas dos alunos, não deixando de elucidar a responsabilidade e as dificuldades por elas encontradas em termos da ausência de orientações didático-pedagógicas oferecidas pelos órgãos do Estado. Percebe-se um cotidiano pedagógico reflexivo entre as professoras, pois mencionam que nessa época os “*livros didáticos não falavam nada da região*” (Profa. “B”), enquanto a Profa. “A”, deixa evidente que “*tudo era difícil... não tinha orientação pedagógica de ninguém*”. Ambas afirmam que buscavam o diferente, sobretudo quando o “*livro acabava e tinha que recordar*”.

Verifica-se que as práticas pedagógicas das professoras não silenciaram a respeito da formação proativa de atitudes de valorização, reconhecimento da realidade ambiental, as necessidades dos alunos e das limitações das orientações de formação continuada, pois conforme a Profa. “B” se expressa “*o professor que não cria situações em sala de aula, ele não é professor*”.

Ainda, hoje, percebe-se nos debates educacionais a presença de críticas acuradas a falta de incentivo a processos de formação continuada. Se esta questão permanece mesmo nos dias





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

atuais, poderíamos pensar nas próprias dificuldades que as professoras do campo não estavam enfrentando num período em que ainda era muito escasso esse tipo de política educacional.

Nesse sentido, as professoras do campo citadas no presente trabalho se configuram como incentivo aos docentes atuais. Isso porque, mesmo diante das limitações que enfrentaram em seu momento histórico não fizeram disto um meio de relaxar em sua tarefa de ser professor. Utilizando os elementos que tinham em mãos inovaram em suas práticas de ensino, apontando para uma concepção de ensino voltada para a formação humana.

Portando, um dos elementos que permitiu que as educadoras do campo apresentassem em suas práticas de letramentos uma educação de valorização do meio ambiente, foi a percepção do ensino como forma humanizadora, não como um processo meramente mecânico de passar informações.

Referências

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da história**. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.) 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, M. et al. **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. São Paulo: parábola, 2007.

BURKE, Peter. **História como memória social**. In: Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALDART, R.S. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. EDUC, Saúde, Rio de Janeiro, v.7 n. 1, p.35-64, mar/jun.2009.

_____. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: Por uma educação do campo. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2006.

KLEIMAN, A. (Org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MOREIRA, R. N. Pereira. **História e Memória: algumas observações**- In: TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MHERY, J. C. Sebe B.&HOLANDA, Fabiola. **História oral: como fazer como pensar**: São Paulo: Contexto, 2007.

PÉREZ, T. G. (Coord.) **Educación rural en iberoamérica: experiência histórica y construcción de sentido**. Madrid: Anroart Ediciones, 2009.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SAVIANI, D.**O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TEODORO, A. **Globalização e educação: Políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez, 2003.

